



# POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

## COLETÂNEA

Prof. Vinícius Reccanello de Almeida



## POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

### PERÍODO IMPERIAL

- 1823: Crise educacional – falta de professores.
- Método Lancaster (ensino mútuo).
- CF/1824 – Outorgada – Art. 179 – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.
- 1827 – Lei sobre Educação Primária e função de Escola de Primeiras Letras em todo país.
- 1834 – o Governo Regencial transfere a responsabilidade pela administração do ensino primário e secundário para as províncias.
- 1854 – Regulamento de Couto Ferraz: atenção e destaque para a instrução pública primária e adoção do princípio da obrigatoriedade do ensino. Currículo: o currículo básico contaria com instrução moral e religiosa, dentre outras áreas (leitura e escrita, noções de gramática, princípios da aritmética etc.).
- 1879 – Reforma Leôncio de Carvalho: “A educação é um salutar remédio para curar as doenças da sociedade e da civilização”; “a disseminação das escolas é o único meio para nos livrar da chaga do analfabetismo”.

## PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

- Laicismo, positivismo e ideias pedagógicas não-hegemônicas.
- Benjamin Constant (Ministro da Instrução Pública dos Correios e Telégrafos) – mudanças curriculares: laicidade da educação e inclusão de disciplinas científicas.
- 1911 – Lei Orgânica do Ensino (Rivadavia Correia): ampliação da liberdade das instituições escolares privadas (ex. substituição dos diplomas oficiais emitidos pelo governo por certificados com emissão nas próprias escolas).
- Decreto-lei 11.530/1915 (Carlos Maximiliano): reorganização do ensino superior e secundário.
- Déc. 1920: reformas educacionais regionais.

## SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1945)

- Sistema de Proteção Social: a) legislação trabalhista; b) sistema de seguridade social (previdência); c) organização do sistema educacional brasileiro.
- 1932: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.
- Leis da Reforma Capanema (Capanema, Leitão da Cunha e Campelo Júnior):
  - 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial
  - 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário
  - 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial
  - 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário
  - 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal
  - 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola
  - 1942: Criação do Senai
  - 1946: Criação do Senac

## TERCEIRA REPÚBLICA (1945-1964)

- Instituição do monopólio sobre o petróleo.
- Efetivação das reformas de base: visavam implementar a estatização e a regulação governamental da educação, da saúde, da seguridade, da produção agrícola e das tecnologias.
- Movimentos de cunho social.
- Juscelino Kubitschek: desenvolvimentismo, expansão industrial, entusiasmo pela formação escolar para a entrada no mundo do trabalho.
- João Goulart: transformou a educação em direito fundamental da cidadania.
- 1961 – Lei 4024/61:

## QUARTA REPÚBLICA (1964-1984)

- 1968: AI-5
  - Milagre Econômico: teve como base a entrada dos grandes investimentos do capital privado internacional.
  - Lei n. 5.692/71: Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus.
- Art. 1º: O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.
- Outras medidas:
- extensão da obrigatoriedade do 1º grau (1ª a 8ª séries);
  - escola única: superação da seletividade com a eliminação do dualismo escolar, já que não mais havia separação entre o ensino secundário e o técnico;
  - profissionalização de nível médio para todos: superação do ensino secundário propedêutico, pois passou a existir a terminalidade;
  - integração geral do sistema educacional do nível primário ao superior (continuidade);
  - cooperação das empresas na educação.
- Acordo MEC/USAID.
  - Escola ou Pedagogia Tecnicista.
  - 1967: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)
  - 1984: Diretas Já!

## QUINTA REPÚBLICA (a partir de 1985 – “Nova República”)

- Divisão:
  - Governo José Sarney: basicamente manteve e administrou a crise fiscal e econômica herdada do Regime Militar.
  - Governo Fernando Collor de Melo: introduziu políticas neoliberais.
  - Governo Fernando Henrique Cardoso: ampliou a intervenção do governo federal na educação básica, atuando como efetivo produtor de políticas educacionais para esse nível.
  - Governo Luís Inácio Lula da Silva: manteve o governo federal à frente das políticas para educação básica, integrando-as e ampliando o alcance delas.
  - Governo Jair Messias Bolsonaro: busca por ampliação das ideias conservadoras na educação e medidas de urgência em decorrência da pandemia da COVID-19.

# REFORMAS EDUCACIONAIS

## Breve histórico das reformas educacionais

- 1932: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (introdução da racionalidade científica na educação).
- 1937: Estado Novo: racionalidade presente no controle político-ideológico.
- 1946-1964: Duas tendências entraram em conflito: a do nacionalismo desenvolvimentista como atribuição do Estado e a dos privatistas, que pregavam liberdade de ensino.
- 1962: Primeiro Plano Nacional de Educação (iniciativa do MEC e aprovado pelo CFE).
- 1964: racionalidade tecnocrática na educação (Ministério da Educação subordinado ao do Planejamento).
- 1985: Nova República – racionalidade democrática.
- 1990: reformas educacionais – racionalidade financeira.
- 1993: Plano Decenal de Educação para Todos (não saiu do papel).
- 2001: PNE (submetido à aprovação do Congresso Nacional – Art. 214 CF/88 e Art. 87, §1º LDB)

## FHC (1995-2002)

- Concretização de política educacional conforme diretrizes de agentes financeiros multilaterais (Banco Mundial).
- FUNDEF: centralização dos recursos em nível federal que possibilitou melhoria relativa nas áreas mais pobres do país (porém, com perda do padrão educacional em centros maiores).
- Programa: Acorda Brasil: Está na Hora da Escola. Pontos: a) distribuição de verbas diretamente para as escolas; b) melhoria da qualidade dos livros didáticos; c) formação de professores por meio da educação a distância; d) reforma curricular (PCN e DCN); e) avaliação das escolas.
- Problemas: resultados ruins no SAEB, falta de vagas para milhares de crianças, desistência de professores ...



## LULA (2003-2010)

- 3 diretrizes do projeto para a educação: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão.
- Fortalecimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e criação de um guia de referência estabelecido no IDEB.
- Medidas de estímulo à permanência dos estudantes: ProEja, ProJovem, ProUni, políticas de cotas, ProInfância (ampliação da educação infantil).
- Lei n. 11.274/2006 (EF de 9 anos).
- 2006: Fundeb e definição do custo-qualidade por aluno.
- 2007: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – apresentado como plano de Estado – 4 eixos: a) Educação básica; b) Alfabetização e educação continuada; c) Ensino profissional e tecnológico; d) Ensino Superior (ProUni, Reuni, Fies). MAIS: Ideb, Provinha Brasil e o Piso do Magistério.
- Criação de políticas definidas para todas as modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Indígena, Educação Profissional e Tecnológica.
- 2008: Reforma do Ensino Técnico-Profissional no âmbito federal (Institutos Federais de Educação ...).
- Decreto 6094/07: Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – implementado pela União em regime de colaboração com municípios, DF e estados.

## DILMA ROUSSEFF (2011-2014)

- Campanha: apresentou 13 diretrizes de governo. 7ª diretriz: “Garantir educação para igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento.
- Lei federal nº 12.793/13: obrigatoriedade da educação escolar a partir de 4 anos de idade.
- Novo PNE (2014-2024) – Lei 13.005/14.

## GOVERNOS MICHEL TEMER E JAIR MESSIAS BOLSONARO

- Reformas curriculares:
  - Nova BNCC
  - **Lei 13.145/2017:** *Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.*
- Lei n.º 14.113/2020
- Decreto 10.502/2020: PNEE – 2020 (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: EQUITATIVA, INCLUSIVA E COM APRENDIZADO AO LONGO DA VIDA).
- Escolas/Colégios Militares (Art. 83 – LDB e Decreto Presidencial 3182/99 – regulamentam o ensino militar).
- Novo SAEB
- Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto n.º 9.765/19, e conduzida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf).
- Portaria 280/20: Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal.
- Políticas emergenciais na Pandemia

# Centralização/descentralização na organização da educação brasileira

- Brasil – século XX:
  - 1930-1945: período centralizador da organização da educação.
  - 1931: Reforma Francisco Campos (prioridade para os níveis secundário e universitário e na modalidade do ensino comercial, deixando em segundo plano o ensino primário e a formação dos professores).
  - CF/34 – inclui parte da proposta do Manifesto dos Pioneiros (escola pública única, laica, obrigatória e gratuita).
  - 1937: Ditadura de Getúlio Vargas (debate sobre pedagogia e política educacional apenas entre a sociedade política).
  - Anísio Teixeira: a descentralização contribuiria para a sociedade industrial, moderna e plenamente desenvolvida.
  - Embate entre liberais e católicos: os escolanovistas desejavam mudanças qualitativas e quantitativas na rede pública de ensino; católicos e integralistas desaprovavam alterações democráticas.
  - Reforma Capanema (Leis orgânicas entre 1942 e 1946): centralização!
  - LDB – Lei 4024/61 (debates com o envolvimento da sociedade civil).
  - 1964 – Fortalecimento do executivo e centralização das decisões no âmbito das políticas educacionais.
  - 1971 – Lei 5692/71: previa a transferência gradativa do ensino de 1o grau para os municípios.

- Déc. 80 – redemocratização – PMDB – intelectuais de esquerda passaram a ocupar cargos na educação. Preocupação: democratização da escola pública e descentralização da administração (gestão democrática, participação de pais, professores, funcionários, eleição direta de diretores, suspensão de taxas escolares, organização sindical dos professores etc.).
- Déc. 90: a modernização educativa e a qualidade do ensino vincularam-se à proposta neoconservadora (objetivo: eficiência!).
- FHC: assumiu dimensões centralizadoras e descentralizadoras (OBS: a descentralização não apareceu como resultado de maior participação da sociedade). Medidas centralizadoras: currículo nacional, livros didáticos melhores, kits eletrônicos, avaliação externa, recursos financeiros enviados diretamente às escolas .... 1996 (Ano da Educação): TV Escola. Medida de descentralização: destinação de recursos financeiros diretamente para as escolas.

## O debate qualidade/quantidade na educação brasileira

- Dois movimentos sociais (passagem do século XIX para o XX): Entusiasmo pela educação e Otimismo pedagógico.
  - **Entusiasmo pedagógico:** revelou preocupação de caráter quantitativo, ao propor a expansão da rede escolar e a alfabetização da população que vivia um processo de urbanização decorrente do crescimento econômico. A adoção do trabalho assalariado, aliada a outras questões de modernização do país, fez com que a escolarização aparecesse como fator promotor da ascensão social.
  - **Otimismo pedagógico:** caracterizou-se pela ênfase nos aspectos qualitativos da educação nacional, pregando a melhoria das condições didáticas e pedagógicas das escolas. Este movimento surgiu nos anos 1920 e alcançou o apogeu nos anos 30 do século XX.
- Azevedo: O problema é que as propostas neoliberais e os conteúdos da ideia de qualidade esvaziam-se de condicionamentos políticos e tornam-se questão técnica, restringindo o conceito de qualidade à otimização do desempenho do sistema e às parcerias com o setor privado no que tange às estratégias da política educacional.

- Qualidade do ensino:
  - Consiste em desenvolver o espírito de iniciativa, a autonomia para tomar decisões, a capacidade de resolver problemas com criatividade e competência crítica – visando, porém, atender aos interesses dos grandes blocos econômicos internacionais. A questão é, antes, ético-política, uma vez que se processa na discussão dos direitos de cidadania para os excluídos.
  - **Qualidade social**, qualidade cidadã: significa não apenas a diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício da cidadania que a escola deve promover.

## FINALIDADES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR

### SOCIEDADES DE ORIENTAÇÃO CAPITALISTA-LIBERAL

- garantir a unidade nacional e legitimar o sistema;
- contribuir para a coesão e o controle social;
- reproduzir a sociedade e manter a divisão social;
- promover a democracia da representação;
- contribuir para a mobilidade e a ascensão social;
- apoiar o processo de acumulação do capital;
- habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos de trabalhadores para servir ao mundo do trabalho;
- compor força de trabalho, preparando, qualificando, formando e desenvolvendo competências para o trabalho;
- proporcionar uma força de trabalho capacitada e flexível para o crescimento econômico.

### EDUCAÇÃO VOLTADA PARA OS ANSEIOS DA MASSA

- transformar a sociedade, de modo a eliminar as divisões sociais estabelecidas;
- desbarbarizar a humanidade no que concerne a preconceitos, a formas de opressão, ao genocídio, à violência, à tortura, à degradação ambiental etc.;
- conscientizar os indivíduos, tendo em vista a formação de sujeitos críticos, autônomos e emancipados;
- desenvolver uma educação integral, que favoreça o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas;
- apropriar-se do saber social, que permita uma socialização ampla da cultura e a apreensão dos conhecimentos e saberes historicamente produzidos;
- formar para o exercício pleno da cidadania.





## QUESTÃO 01

(FGV) Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova chamou a atenção para a importância da coordenação federativa da educação no Brasil e apontava para a necessidade de constituir o que hoje denominamos de um Sistema Nacional de Educação (SNE), para melhorar a governança educacional. Entretanto, o SNE ainda carece de regulamentação.

A respeito da montagem de um Sistema Nacional de Educação, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A Constituição Federal (1988) retomou a ideia de um SNE ao estabelecer que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

( ) O estabelecimento de uma estrutura sistêmica na educação brasileira é fundamental para instituir espaços de diálogo para a pactuação de políticas educacionais e induzir mecanismos colaborativos de gestão técnica e financeira.

( ) O enfrentamento emergencial dos descompassos educacionais agravados pela pandemia de Covid-19 seria mais fácil se houvesse um SNE regulamentado que, como o SUS, articulasse e unisse os diferentes atores em prol de um projeto de educação para o país.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- a) V – F – V.
- b) F – V – V.
- c) F – V – F
- d) V – V – F.
- e) V – V – V.

## QUESTÃO 02

**A educação básica, como direito, aprofundou-se no Brasil com a aprovação legal, pela qual o ensino fundamental obrigatório passou a durar 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade. Assinale a alternativa que contempla a lei com essa determinação.**

- a) Lei n. 11.494/2007.
- b) Lei n. 11.494/2017.
- c) Lei n. 11.274/2006.
- d) Lei n. 11.274/2016.

## QUESTÃO 03

(Pref. De Fortaleza/CE) A Política Educacional brasileira tem como um dos seus pressupostos básicos a defesa da qualidade da educação que, nos anos 70 e 80, estava relacionada somente com as condições básicas de funcionamento das escolas. A partir da década de 90, sob o argumento de que o País investia muito na educação, porém gastava mal, foram eleitos outros fatores. Para entendimento desta questão, preencha corretamente as lacunas no texto que se segue. A \_\_\_\_\_ e a \_\_\_\_\_ das escolas passaram a ser consideradas no tocante à avaliação da qualidade da educação, buscando-se atentar para os \_\_\_\_\_ por elas obtidos. Isso foi denominado de qualidade \_\_\_\_\_ da educação e incluía mobilizações pelo \_\_\_\_\_ à educação, bem como o compromisso com a superação das \_\_\_\_\_ sociais. Qual a opção que contém a sequência correta?

- a) eficiência, eficácia, resultados, social, direito, desigualdades.
- b) avaliação, eficiência, resultados, social, respeito, questões.
- c) avaliação, qualidade, resultados, pedagógica, atendimento, classes.
- d) efetividade, qualidade, resultados, cognitiva, respeito, políticas.

## QUESTÃO 04

(IBADE) Várias regulamentações surgiram no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que assumiu a presidência em 1995. No segundo ano de mandato, após intensos debates, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com relatoria do Senador Darcy Ribeiro (1922-1997).

O 1º e o 2º graus se tornaram Ensino Fundamental e Médio e a recomendação para os estudantes com necessidades especiais passou a ser a de que fossem atendidos, preferencialmente, na Rede Pública Regular.

Para financiar os novos projetos, foi criado/a

- a) o Movimento Todos pela Educação.
- b) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).
- c) a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- d) a Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA).
- e) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

## QUESTÃO 05

(FCC) As reformas na educação propostas pelo governo empresarial-militar de 1964/1984 estão contidas

- a) nas Leis nº 5.692/71 e nº 5.540/1968.
- b) no Ato Inconstitucional nº 5/1968.
- c) no Decreto-Lei nº 200/1967.
- d) nos Acordos MEC-USAID.
- e) no Programa Americano-Brasileiro de Assistência do Ensino Elementar (PABAEE).

## QUESTÃO 06

(FCC) " *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é o resultado dos anseios por reformas educacionais, acreditando que para que haja uma mudança na estrutura de um país, antes é necessário realizar uma mudança no modelo educacional. (...) Desta maneira, o Manifesto representa não apenas uma síntese dos ideais de reconstrução educacional, mas também um impulso à tentativa de avanço sobre novas propostas de educação*".

(<http://escolanova.net/pages/manifesto.htm>)

Assinale a alternativa que melhor corresponde aos objetivos defendidos pelos signatários do Manifesto

- a) Educação bancária e tecnicista, onde os alunos poderiam aprender um ofício para a vida profissional desde cedo, ofício este direcionado a partir do desejo da família.
- b) Escola pública e única, onde predominassem as concepções de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação.
- c) Uma maior centralização do poder educacional através das entidades governamentais, a fim de garantir um modelo que estivesse de acordo com os planos de governo.
- d) Fortalecimento da autoridade do professor em sala de aula, como detentor do saber e responsável pela transmissão dos conhecimentos.
- e) Uma escola que respeitasse o tempo e o limite de cada aluno, assegurando condições necessárias para concluir todo o processo de escolarização.

## QUESTÃO 07

(IF-SE) Os atuais processos de descentralização educacional enfatizam a participação e a autonomia dos/das docentes, enquanto a gerência estratégica regula a produtividade educacional. Nessa conjuntura, a autonomia manifesta a ambiguidade das reformas educacionais, quando:

- I. Responsabiliza a escola pelo próprio desempenho acadêmico e possibilita a elaboração do projeto político-pedagógico;
- II. Limita as orientações pedagógicas e reforça o controle do desempenho escolar;
- III. Aumenta os investimentos na educação e induz a busca de parcerias para a melhoria da qualidade educacional;
- IV. Regula o funcionamento da escola, através de metas e de matrizes operacionais, e, justifica a desconcentração financeira, sob o discurso da descentralização financeira.

Estão corretas as alternativas

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I e III
- d) II e III e IV
- e) II e IV



## QUESTÃO 08

(IBADE) “A partir da reforma instituída pela Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, a concepção produtivista pretendeu moldar todo o ensino brasileiro por meio da pedagogia tecnicista que, convertida em pedagogia oficial, foi encampada pelo aparelho de Estado que procurou difundir e implementá-la em todas as escolas do país. Na medida em que se processava a abertura “lenta, gradual e segura” que desembocou na Nova República, as orientações pedagógicas das escolas foram sendo flexibilizadas mantendo-se, porém, como diretriz básica da política educacional, a tendência produtivista.” (Dermeval Saviani)

À escola, então, cabia formar:

- a) crianças e jovens para atuarem no mundo já, na época, globalizado.
- b) a mão de obra que progressivamente seria incorporada pelo mercado.
- c) um contingente geracional voltado para a educação humanista.
- d) indivíduos que desenvolvessem as suas potencialidades de autorrealização
- e) pessoas para o exercício pleno e consciente da cidadania.

## QUESTÃO 09

(FGV) Leia o fragmento a seguir.

*“Um grupo de intelectuais, devido à descontinuidade das políticas educacionais, da falta de visão global do problema e das reformas parciais periódicas feitas sem unidade e mal encaminhadas, se organizou em prol de um movimento que propunha bases pedagógicas renovadas e a reformulação da política educacional brasileira.”*

Assinale a opção que apresenta o documento elaborado por esse grupo como uma resposta às questões educacionais.

- a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- b) Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais.
- d) Constituição Federal de 1988
- e) Estatuto da Criança e do Adolescente.

## QUESTÃO 10

(CESPE)

O estudo diacrônico da história brasileira segmenta os acontecimentos econômicos, políticos e culturais em períodos cronológicos. Acerca das características da organização educacional em cada período da história da educação brasileira, julgue o próximo item.

Na Era Vargas, a reforma educacional, parte do projeto desenvolvimentista com o objetivo de formação de quadros qualificados em nível médio-técnico, investiu na criação das escolas técnicas federais.

CERTO       ERRADO

A incorporação do conhecimento sobre o patrimônio cultural local à prática educativa exige políticas educacionais que abordem essa temática. Com relação a esse assunto, julgue o seguinte item.

O Plano Nacional de Educação é um instrumento de planejamento da sociedade civil que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor da educação.

CERTO       ERRADO

**GABARITO: 1E, 2C, 3A, 4B, 5A, 6B, 7A, 8B, 9B, 10 CERTO.**